

LAYOUT MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA

CNPJ: 02.604.236/0001-62

NIRE: 43.2.0376201-6

SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLEONICE LOURENÇO DA LUZ, brasileira, solteira, maior, nascida em 21/04/1970, natural de Lajeado/RS, comerciante, residente e domiciliada na Rua Alexandre de Antoni, nº 2542, Apto 401, Bairro Universitário, Caxias do Sul/RS, CEP 95041-020, inscrita no CPF sob nº 521.988.710-68, portadora da carteira de Identidade nº 7036212641, expedida pela SJS/RS; e

MARCOS RICARDO COSTI, brasileiro, divorciado, nascido em 27/06/1966, natural de Caxias do Sul/RS, comerciante, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 2673, apto 203, Edifício Tupam, Bairro Pio X, Caxias do Sul/RS, CEP 95020-200, inscrito no CPF sob nº 451.636.000-44, portador da carteira de Identidade nº 9030385513 expedida pela SSP/RS.

Únicos sócios componentes da sociedade empresarial por quotas de responsabilidade limitada denominada **LAYOUT MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, estabelecida na Rua José Michelin, nº 277, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Caxias do Sul/RS, CEP 95041-310, inscrita no CNPJ sob nº 02.604.236/0001-62, com contrato social arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº 43.2.0376201-6, em sessão de 08 de maio de 1998, e última alteração sob nº 4131720, em sessão de 06/07/2015, resolvem alterar e consolidar os instrumentos vigentes, que o fazem de comum acordo e na melhor forma de direito, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida, **individualmente**, pelo sócio **MARCOS RICARDO COSTI**, que assinará pela empresa, representando-a, ativa, passiva, judicialmente ou extrajudicialmente, com poderes necessários à gestão, sendo vedado ao administrador praticar atos que importem em fianças, abonos ou endossos de favor, ou ainda quaisquer transações alheias aos objetivos da sociedade.

DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Dos Sócios

CLEONICE LOURENÇO DA LUZ, brasileira, solteira, maior, nascida em 21/04/1970, natural de Lajeado/RS, comerciante, residente e domiciliada na Rua Alexandre de Antoni, nº 2542, Apto 401, Bairro Universitário, Caxias do Sul/RS, CEP 95041-020, inscrita no CPF sob nº 521.988.710-68, portadora da carteira de Identidade nº 7036212641, expedida pela SJS/RS; e

MARCOS RICARDO COSTI, brasileiro, divorciado, nascido em 27/06/1966, natural de Caxias do Sul/RS, comerciante, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 2673, apto 203, Edifício Tupam, Bairro Pio X, Caxias do Sul/RS, CEP 95020-200, inscrito no CPF



sob nº 451.636.000-44, portador da carteira de Identificação SSP/RS.

I – DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade gira sob o nome empresarial de **LAYOUT MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**

II – DA SEDE E FORO JURIDICO DA SOCIEDADE

A sede e foro jurídico da sociedade é na Rua José Michelin, nº 277, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Caxias do Sul/RS, CEP 95041-310.

III – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade é a indústria e comércio de móveis para escritório em geral, indústria e comércio de cadeiras para escritório, indústria metalúrgica em geral, transporte rodoviário de cargas a nível municipal, intermunicipal e interestadual.

IV – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado tendo iniciado suas atividades em 27 de março de 1998.

V – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da sociedade que é de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), representados por 1.100.000 (um milhão e cem mil quotas) no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios participantes da sociedade na forma que segue:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL
MARCOS RICARDO COSTI	99%	1.089.000 Quotas	R\$ 1.089.000,00
CLEONICE LOURENÇO DA LUZ	01%	11.000 Quotas	R\$ 11.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	100%	1.100.000 Quotas	R\$ 1.100.000,00

VI – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida, **individualmente**, pelo sócio **MARCOS RICARDO COSTI**, que assinará pela empresa, representando-a, ativa, passiva, judicialmente ou extrajudicialmente, com poderes necessários à gestão, sendo vedado ao administrador praticar atos que importem em fianças, abonos ou endossos de favor, ou ainda quaisquer transações alheias aos objetivos da sociedade.

Parágrafo Primeiro: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, as

normas de defesa da concorrência, contra a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo Segundo: A sociedade poderá nomear administradores não sócios, dependendo sua designação da aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital social não estiver totalmente integralizado, e de dois terços no mínimo após a integralização do capital social.

Parágrafo Terceiro: O administrador será obrigado a prestar aos sócios contas de sua administração, e apresentar-lhes o inventário anualmente, bem como o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados.

VII – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio está restrita ao valor total de suas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social da sociedade.

VIII – DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelo administrador nos casos previstos em lei e neste instrumento, por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.

Parágrafo Primeiro: Dependem de deliberações dos sócios, além de outras indicadas em lei: **I** – A aprovação das contas da administração; **II** – A designação dos administradores, quando feita em ato separado em relação ao presente contrato; **III** – A destituição dos administradores; **IV** – O modo de remuneração dos administradores; **V** – A modificação do contrato social; **VI** – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade; **VII** – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; **VIII** – O pedido de concordata.

Parágrafo Segundo: As deliberações dos sócios serão tomadas: No mínimo pelos votos correspondentes a três quartos do capital social nos casos previstos nos incisos **V** e **VI** do parágrafo anterior. Pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos **II**, **III**, **IV** e **VIII** do parágrafo anterior. E pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou neste contrato.

Parágrafo Terceiro: dispensam-se as formalidades de convocação previstas no parágrafo terceiro do artigo 1.152, da lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto: As reuniões dos sócios tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Quinto: Quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade mediante alteração do contrato social, por justa causa. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

IX – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o Balanço Patrimonial e as demonstrações de resultado do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos apurados serão lançados em contas especiais, ou ainda poderão ser distribuídos e ou suportados, pelos sócios na proporção de suas quotas sociais, sempre por decisão dos sócios que possuírem três quarto do capital social da sociedade.

X – DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

Os sócios se reunirão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberarem sobre: aprovação das contas do exercício anterior, a designação ou destituição dos administradores, a remuneração dos sócios, a modificação do contrato social, conforme disposto nos art. 1.071 e 1.072, parágrafo 2º e art. 1.078 do código civil brasileiro.

XI – DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

A remuneração dos sócios pelo trabalho desempenhado na sociedade será efetuado segundo as possibilidades da sociedade, sempre respeitando os limites fixados pela legislação vigente.

Parágrafo Único: A sociedade, a critério dos sócios poderá realizar o levantamento de balanços intermediários, os quais deverão atender as formalidades legais, em períodos menores do que o previsto na cláusula Décima, para o fim específico de distribuição dos resultados que forem apurados.

XII - DO FALECIMENTO E CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

A morte insolvência ou incapacidade declarada de qualquer um dos sócios não afetará a continuidade da sociedade; No caso de morte, insolvência ou incapacidade declarada de um dos sócios, serão aceitos na sociedade os herdeiros e ou sucessores do sócio falecido; Os herdeiros e ou sucessores do sócio falecido deverão ser representados por um único procurador.

Parágrafo Primeiro: Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade a qualquer tempo e os seus direitos lhe serão pagos em até três meses, sem juros ou com prazo maior, com juros de mercado calculados a partir do terceiro mês.

Parágrafo Segundo: O sócio retirante é obrigado a ceder para a sociedade suas quotas de capital social, devendo manifestar-se por escrito comunicando sua decisão.

Parágrafo Terceiro: Dentro de trinta dias subsequentes da retirada do sócio, a sociedade procederá ao rateio da quota social, entre os sócios remanescentes, cobrando deles um ágio sobre o valor principal da quota, acusado no balancete imediatamente anterior à retirada do sócio.

I – A quota será paga no valor máximo de 100% (cem por cento) do seu valor patrimonial líquido acusado pela contabilidade.

II – A diferença entre o valor da quota e o valor pago pela mesma é o ágio a ser suportado pelos sócios remanescentes que adquirirem a quota.

III – No cálculo do patrimônio líquido não será computado o capital social não integralizado, sobre o qual, portanto, não se calcula o ágio.



IV – A sociedade adquirirá para os sócios uma quota retirante aguardará, pela ordem, situação que lhe será comunicada por escrito.

Parágrafo Quarto: No caso dos sócios remanescentes não se interessarem pela aquisição da quota do sócio retirante a administração da sociedade poderá sugerir aos sócios remanescentes o nome da pessoa para adquirir a quota do sócio que está se retirando.

I – No caso de aprovação o sócio retirante será autorizado a negociar o valor da sua quota diretamente com o candidato aprovado.

II – A cessão da quota obriga o novo candidato ao pagamento do ágio de 30% (trinta por cento) calculado sobre o valor a ser determinado conforme consta do inciso I do parágrafo terceiro da cláusula décima segunda, o qual será registrado em fundo para aumento de capital.

Parágrafo Quinto: O sócio não poderá adquirir quotas além das que lhe cede a sociedade.

I - É vedado aos sócios onerar ou gravar, de qualquer forma as suas quotas em benefício de terceiros, estranhos à sociedade.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A sociedade em qualquer momento poderá alterar o presente instrumento em todas as suas cláusulas e condições sempre por decisão dos sócios que representarem três quartos do capital social da sociedade.

Parágrafo Primeiro: A dissolução da sociedade ocorrerá nas hipóteses previstas em lei ou quando assim deliberarem os sócios que representarem três quartos do capital social da sociedade, procedendo-se a liquidação e, uma vez satisfeito todo o passivo, o saldo do ativo será partilhado entre os sócios proporcionalmente segundo a participação de cada um no capital social da sociedade.

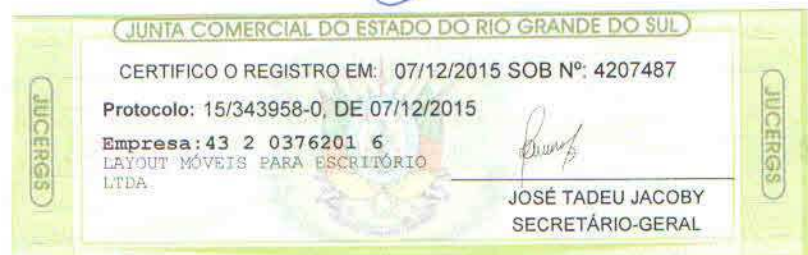
Parágrafo Segundo: A sociedade poderá abrir ou fechar filiais ou escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, sempre por decisão dos sócios que representarem três quartos do capital social da sociedade.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 04 (quatro) vias, para que produza efeitos legais.

Caxias do Sul, 27 de novembro de 2015.

CLEONICE LOURENÇO DA LUZ

MARCOS RICARDO COSTI



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 08/06/2016 às 15:00:29 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b427e84d025b595a121c11f4688f903d52ed6ce8a2c5b6f292ea8b5d26c09fe82532b81fa223a1b1ec74139a5b8151d12874987386f0afc1e36ed136837125580

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

Esta certidão tem a sua validade até: 08/06/2017 às 04:05:15 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 543255

Código de Controle da Autenticação:

37200706161344020174-1 a 37200706161344020174-5

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>

